

MARINALVA VALERIANO PEREIRA

**A EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO NO SETOR
BANCÁRIO BRASILEIRO, APÓS PLANO REAL**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à conclusão do Curso de
Ciências Econômicas, Setor de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade Federal
do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Nilson Maciel de
Paula.**

CURITIBA

2004


TERMO DE APROVAÇÃO

MARINALVA VALERIANO PEREIRA

Monografia apresentada ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas nesta Universidade.



Professor Nilson Maciel de Paula – Setor de Ciências Sociais Aplicadas UFPR



Professor Adilson Antônio Volpi - Setor de Ciências Sociais Aplicadas UFPR



Professor Walter Tadahiro Shima - Setor de Ciências Sociais Aplicadas UFPR

“Ontem, quando me debrucei sobre o livro, você me sorriu em desafio, e eu te chamei de sonho...

Hoje, quando me debruço sobre o leito, e a reconheço, meu coração solta no peito, e você com olhar de cumplicidade se diz REALIDADE “.

(autor desconhecido)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de externar meus agradecimentos aos meus queridos pais, que sempre me incentivaram a realizar meus sonhos e projetos.

Ao meu muitíssimo paciente e competente orientador, o professor Nilson Maciel de Paula, por seus ensinamentos e auxílio na elaboração deste trabalho.

Meu agradecimento especial às amigas Marluce e Liliana, pelas críticas construtivas e apoio. Agradeço também à Izabel, Ana Paula, Nelly, Mayara e Irene pelo incentivo e ajuda nos momentos de dificuldades.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	06
LISTA DE TABELAS	07
LISTA DE SIGLAS	08
RESUMO	09
1 INTRODUÇÃO	10
2 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO	11
2.1 INVESTIMENTO DE CARTEIRA.....	12
2.2 INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO.....	14
3 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL	18
3.1 O INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO E A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90.....	18
4 A GLOBALIZAÇÃO E O SETOR FINANCEIRO BRASILEIRO	26
4.1 OS IMPACTOS DA ABERTURA FINANCEIRA NOS ANOS 90.....	29
4.2 A ABERTURA ECONOMICA E A REESTRUTURAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO.....	31
5 O SETOR BANCÁRIO	35
5.1 O SETOR BANCÁRIO E O CAPITAL ESTRANGEIRO...36	
6 CONCLUSÃO	41
7 REFERÊNCIAS	43

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) – 1994 a 2000.....	19
Gráfico 2	O comportamento dos Fluxos de IDE, 1993-2003.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	IDE no Brasil, segundo a composição dos ingressos, em N° de casos, US\$ 1.000 e %, em 1996 e 1997.....	24
Tabela 2	Evolução dos principais fluxos de IDE por país de origem-1995 e 2000.....	30
Tabela 3	Distribuição do IDE por setor, em porcentagem - 1995 a 2000.....	32
Tabela 4	Participação percentual do Setor Bancário Brasileiro no Sistema Financeiro nacional (SFN).....	36
Tabela 5 –	Número de bancos com capital estrangeiro.....	37
Tabela 6 –	Privatizações bancárias.....	38
Tabela 7 –	Aquisições e Fusões de Bancos.....	38
Tabela 8 –	Ranking dos dez maiores bancos do SFN.....	40

LISTAS DE SIGLAS

BACEN	- Banco Central do Brasil
BCN	- Banco de Crédito Nacional
BANERJ	- Banco do Estado do Rio de Janeiro
BANESPA	- Banco do Estado de São Paulo
BANESTADO	- Banco do Estado do Paraná
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	- Caixa Econômica Federal
CMN	- Conselho Monetário Nacional
FEBRABAN	- Federação Brasileira dos Bancos
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDE	- Investimento Direto Externo
IPI	- Imposto sobre Produtos Industrializados
PROER	- Programa de Financiamento de Reestruturação do Setor Bancário
PROES	- Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária
SFN	- Sistema Financeiro Nacional

RESUMO

O presente trabalho contém uma análise sobre a evolução do setor bancário a partir da dinâmica da globalização e do comportamento dos fluxos de investimento Direto Externo (IDE), na década de 90. A importância do tema decorre do fato de que a economia brasileira apresentou mudanças na estrutura interna no que se refere ao seu relacionamento com o resto do mundo. Com a efetiva estabilização econômica ocorrida com a implementação do Plano Real em 1994, a confiabilidade e a rentabilidade da economia nacional por fim voltaram a atrair o capital externo. O IDE, atraído pelo processo de abertura financeira e comercial brasileira ocorrida nos anos 90, permitiu que se redefinisse os contornos para a dinamização da economia doméstica, e ao mesmo tempo, promoveu uma maior busca por mercado, acarretando conseqüentemente em uma economia mais competitiva.

1 INTRODUÇÃO

A situação econômica brasileira, a partir de meados da década de 90, apresentou mudanças na sua estrutura interna no que se refere ao relacionamento da economia brasileira com o resto do mundo. As políticas macroeconômicas deste período viabilizaram uma importante entrada de investimento externo, impulsionado principalmente pela ampla abertura da economia e pela valorização cambial, que possibilitou ao país maior participação na atração de capitais externos no competitivo mercado internacional.

Neste período ocorreram volumosas entradas de fluxos de investimento externo que possibilitaram ao mercado interno não só competir como também expandir sua atuação. A entrada de capital externo deu-se, entre outras maneiras, por meio de fusões, aquisições e privatizações de empresas nacionais dos mais variados setores. Tais políticas macroeconômicas visavam não somente atrair capital internacional como também estimular a retomada do crescimento brasileiro através de incentivos fiscais que possibilitassem à economia brasileira promover melhorias técnicas e operacionais.

O propósito deste estudo é promover um maior entendimento de como se deu a evolução do investimento estrangeiro, principalmente após implantação do Plano Real posto em vigor em 1994, no setor bancário.

No capítulo 1 apresenta-se um embasamento teórico a respeito do investimento estrangeiro e procura esclarecer a natureza do capital externo do ponto de vista do investimento de carteira e mais detalhadamente o IDE. No setor financeiro, as relações entre estes dois tipos de capital são muitas vezes difíceis de separar devido ao próprio funcionamento do setor. No capítulo 2 procura-se mostrar a dinâmica do IDE no Brasil ao longo de sua história com uma maior ênfase na sua atuação na década de 90. Nos capítulos 3 e 4 são apresentados os conceitos de sistema financeiro, globalização e bancos. Nesses capítulos verifica-se a inserção do sistema financeiro brasileiro no mercado globalizado de capitais, bem como o setor bancário, seu funcionamento, sua reestruturação e sua atual formação. E, por fim serão apresentadas as conclusões do trabalho.

2 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

As relações internacionais de um país envolvem alta complexidade, uma vez que abarcam não só o comércio internacional de bens e serviços, mas também outras atividades econômicas e sociais, tais como: transferências de capitais, migrações populacionais, donativos, etc.

A intensificação das relações econômicas entre as nações provocou uma grande movimentação internacional dos fluxos de capital, de modo que tais fluxos passaram a ser um dos importantes determinantes a serem levados em consideração ao analisar e planejar uma determinada política de desenvolvimento de uma nação. Entende-se por fluxos internacionais de capitais os movimentos efetuados pelos capitais, a fim de efetuar os meios pelos quais as transferências serão feitas de uma empresa em um determinado país para a filial em outro país, com o objetivo de criar ou expandir o grupo empresarial a qual pertence. As empresas multinacionais agem como veículos dos fluxos de capitais, visando obter conhecimentos de localização e maiores possibilidades de integração do conglomerado. (SANDRONI, 1994).

À medida que aceleraram as descobertas de novas técnicas de produção, melhoramento de tecnologias por meio de incentivos a inovações tecnológicas e investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ocorreram também em meados dos anos 80, início dos anos 90, movimentos de capitais que buscavam melhorar seus ganhos com a internacionalização da economia mundial capitalista. Tal expansão induziu os detentores de capitais a um aumento significativo do estreitamento das relações econômicas internacionais existente entre os países do século XVIII e XIX até os dias de hoje.

Considera-se investimento estrangeiro como sendo:

*“Toda a aquisição de empresas, equipamentos, instalações, estoques ou interesses financeiros de um país por empresas, governos ou indivíduos de outros países”.*¹

O investimento de capital externo pode ser direto ou indireto. Direto quando a aplicação deste investimento é direcionada na criação de novas unidades

¹ Referente ao conceito de investimento estrangeiro, consultar Novo Dicionário de Economia, 1994.

produtivas ou na participação acionária em empresas e indústrias já existentes no mercado. Indireto quando o capital assume a forma de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

Tendo em vista o objeto de estudo deste trabalho, a atenção será dada apenas ao movimento de capitais através do investimento direto externo.

Estes investimentos externos diretos são realizados, na sua quase totalidade, pelas empresas multinacionais com o intuito de comprar empresas estatais privatizadas e empresas privadas. Com o aumento da globalização das economias houve, também um aumento extraordinário da presença de empresas estrangeiras em setores-chave para as relações do país com o resto do mundo, principalmente o setor bancário, o setor exportador e os setores intensivos em alta tecnologia.

Com relação ao setor bancário verifica-se sua evolução ocorrida a partir de 1994 com a intensa abertura da economia brasileira. Analisar-se-á com base em críticas da época se o setor foi intensamente internacionalizado ou se, apesar do estreitamento ocorrido no setor, este ainda possui, em sua maioria, a presença do capital nacional.

2.1 INVESTIMENTO DE CARTEIRA

Tendo em vista que o comportamento do IDE, presente no setor financeiro brasileiro, está intimamente relacionado com os fluxos de investimentos de carteira (*portfólio*) direcionados à nossa economia, procurar-se-á, neste item expor rapidamente seu objetivo e como se dá o seu funcionamento na economia.

Portanto, investimento de carteira é segundo, SALVATORE (2000), ativos financeiros, tais como investimentos ocorridos por meios de compra e venda de ações, títulos de dívidas, determinados em moeda nacional. O investidor utiliza o capital para empréstimos visando um futuro retorno através de pagamentos de juros e pagamentos de dividendos das ações. Os investimentos em carteiras, também conhecidos como investimentos financeiros, são realizados por meio de bancos, instituições financeiras, ou fundos de investimentos.

No investimento externo de carteira, observa-se que as expectativas de maior relevância estão relacionadas ao comportamento futuro, previsto nas taxas

de juros e de câmbio. Neste ponto, há uma distinção fundamental entre investimento interno (doméstico) e investimento externo (internacional) (SALVATORE, 2000).

O investimento de carteira, *portfolio investment*, cujo objetivo se resume a obter um ganho nas participações de curto prazo nos mercados financeiros, freqüentemente obrigações públicas ou privadas. Tem-se que o determinante básico para a teoria do investimento em carteira é o diferencial da taxa de juros da economia. No modelo básico neoclássico, supõe-se que existindo uma situação de concorrência perfeita em equilíbrio, o produto marginal de produção será igual a seu retorno. Neste mesmo modelo supõe-se ainda que o único fator móvel internacionalmente é o capital e que existe diferenças nas dotações de capital entre os países e, tendo isso em vista, haverá também diferentes taxas de retorno do capital financeiro investido (GONÇALVES, 1999).

O motivo e os resultados obtidos pelos investimentos em carteira, também conhecidos por investimento de *portfólio*, são explicados, respectivamente, por: obtenção de elevados retornos do investimento no mercado externo e, por obter um resultado simples e correto da maximização destes retornos com tendência a uma equalização dos resultados em termos internacionais. (GONÇALVES, 1999).

Deve-se observar que há uma diferença expressiva entre os fluxos internacionais de bens e serviços e os fluxos internacionais de capitais financeiros. Assim sendo, enquanto o comércio internacional reage a diferenças nos preços relativos das mercadorias entre os países, o movimento internacional de fatores, por sua vez, determina-se pelas diferenças absolutas nos preços dos fatores, ou seja, o fluxo de capital é determinado pela resposta dos investidores às diferenças absolutas nas taxas de juros do mercado no qual está seu investimento. Portanto, o investimento internacional é uma função direta das taxas de juros existentes entre os países.

Tendo em vista que o principal objetivo do investidor é a maximização de seu investimento a um risco cada vez menor, o detentor do capital procurará compreender a evolução e antecipar o comportamento futuro da taxa de juros nominal e da taxa de câmbio. Tal compreensão do comportamento do investidor internacional nos possibilita analisar o comportamento do mercado, via expectativas, seja por experiências empíricas, seja por teorias.

A teoria dos investimentos em carteira, teoria do *portfólio*, diz que, ao se investir em títulos que apresentam rendimento inversamente relacionado ao tempo, se poderá obter determinados rendimentos a um risco menor ou se obter um rendimento maior a um mesmo nível de risco para a carteira como um todo – diversificação do risco ².

O investimento em carteira pode ser determinado pela perspectiva de crescimento de uma economia, pois a instabilidade deste tipo de investimento afeta as condições econômicas e as políticas macroeconômicas de um país, gerando uma significativa vulnerabilidade externa nas economias nacionais, principalmente em nações com maiores dependências a capitais internacionais. Assim sendo, a incerteza e vulnerabilidade gerada pela movimentação brusca do capital internacional, principalmente pela desregulamentação e quebra das barreiras à movimentação livre deste capital nas últimas décadas do século XX, pode ocasionar crises que devido à globalização econômica atual têm o poder de desestabilizar a economia global, com maiores ou menores danos, dado o grau de sustentabilidade econômica dos países³.

HIRST e THOMPSON (1998) acreditam na sustentabilidade dos fluxos de capitais, contudo salientam que estes fluxos podem vir a dar origem ao êxito ou ao fracasso das políticas econômicas, dependendo da capacidade da economia de absorver e gerar, a partir destes fluxos, crescimento agregado. Os fluxos, em si, acrescentam muito pouco à capacidade estrutural das economias em uma geração de crescimento agregado, o que realmente poderá ser visto como diferencial, será a maneira como esses fluxos serão administrados pela economia receptora.

2.2 INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO

De acordo com SALVATORE (2000), o IDE representa um dos principais canais de fluxo internacional de capitais realizados pelos conglomerados internacionais que atuam na Economia Global. Estes investimentos, sob a forma de bens de capitais e estoques, envolvem capital e gerenciamento, tendo como

² Para ver diversificação de risco, consultar Dominick Salvatore, *Economia Internacional*, 6ª edição, cap.12

³ Ver Paul Krugman e Maurice Obstfeld, 2000.

principais detentores os investidores que controlam a utilização do capital investido. A forma pela qual se dão as entradas do investimento externo ocorre por meio de fusões, aquisições e privatizações de empresas já sedimentadas no mercado doméstico, ou ainda, por meio de instalações de novas plantas.

Segundo HIRST e THOMPSON (1998), a internacionalização de capitais e o aumento significativo de seu fluxo têm provocado na economia global um impacto indireto no crescimento econômico. O volume de entrada ou retirada destes capitais afeta em maiores ou menores proporções a taxa de câmbio e a taxa de juros das economias nacionais, provocando um certo grau de dependência da economia doméstica em relação ao capital internacional.

O processo de abertura e desregulamentação econômica em escala global gerou um gigantesco processo de concentração de capitais na década de 90, especialmente nos seus últimos anos. O processo de aquisições e fusões é distinto daquele dos anos 70, em razão dos valores envolvidos e também pela mudança dos setores que estão liderando esse processo. Nos anos 70, o processo de fusão e aquisição foi basicamente exercido pelas empresas multinacionais do setor automotivo, química básica e petróleo. Nos anos 90, a liderança do processo de globalização econômica é exercida pelas empresas mais representativas dos setores intensivos em tecnologia da informação e comunicação, bem como as empresas pertencentes aos setores financeiros-bancários. E são estes setores que estão redefinindo não só a reorganização da produção e do trabalho, mas também o papel e a organização dos setores econômicos fundados na segunda revolução industrial. HIRST e THOMPSON (1998).

O IDE pode ser visto como um meio utilizado para o deslocamento de capitais de uma economia para uma outra que ofereça melhores condições para a criação e / ou ampliação deste capital, tendo em vista as vantagens ofertadas pela economia doméstica e a rentabilidade visada pelos investidores. Esta rentabilidade está que poderá ser ampliada por meio de acordos e políticas de atração utilizadas pelo país receptor deste investimento.

Os motivos pelos quais os investidores escolhem onde investir, normalmente são os mesmos utilizados pelos investimentos em carteira, ou seja, altos retornos e uma maior diversificação dos riscos. Embora sejam fortes motivos, no caso do

investimento direto não são os únicos. É necessário mais que capital financeiro para implantar uma empresa ou indústria, é necessário, desenvolvimento de alta tecnologia, esta obtida por meio de incentivos e investimentos em pesquisa e desenvolvimento, mão de obra especializada, aumento do capital humano de uma economia, conhecimento e pesquisa em gestão de mercado (LAPLANE, 1997). Mas concomitantemente a estes motivos, faz-se necessária uma constante e sólida entrada de capital, seja para implantação, expansão, retaguarda, e, também, para os casos de crises internacionais, choques especulativos ou, na sua maioria, para o aproveitamento de oportunidades de tomada ou redimensionamento de mercado.

A crise monetária e a crise do petróleo, nos anos 70, deram origem a uma volumosa soma de recursos financeiros que procurava maior rentabilidade e mobilidade em escala mundial. O desenvolvimento deste novo mercado de capitais nos anos 80, transformou-se na principal massa de recursos financeiros que voltou a colocar a América Latina na rota do mercado financeiro internacional. Acredita-se que o mercado mundial movimenta um enorme estoque diário de capitais, sem a intermediação do sistema financeiro internacional, e muitas vezes à revelia dos Bancos Centrais. Visto que, muitos dos sistemas financeiros domésticos encontram-se defasados, faz-se necessárias novas regulamentações que rejam o relacionamento entre os sistemas financeiros nacionais e o novo cenário mundial.

Ao que parece, no IDE, que ocorreu a partir de 1990, há um volume maior de aquisições que o volume observado nas décadas de 1970 e 80. Pode-se notar que esta nova onda de investimentos estrangeiros está penetrando em setores que não estavam propriamente expostos, como os serviços de telecomunicações, distribuição de eletricidade, portos, seguros, varejo e saneamento e, principalmente, os bancos. Estas são áreas “novas” onde o capital estrangeiro está entrando através de aquisições normalmente seguidas de capitalizações onde os níveis de produtividade estavam muito abaixo da média nacional (CHESNAIS, 1996).

O desenvolvimento de um novo mercado de capitais nos anos 90 fez com que os excedentes e retornos, adquiridos nas décadas de 1970 e 80 evoluíssem a tal ponto que este capital, ao se desenvolver na chamada era da

internacionalização do capital, se transformasse na principal massa de recursos financeiros transacionados principalmente nas economias em desenvolvimento, destacando-se a América Latina e o Brasil.

A expansão do IDE nos anos 90, conforme dados do Banco Central do Brasil BACEN, foi mais intensa que as relações comerciais efetuadas neste período. Estima-se que o comércio internacional cresceu pouco mais de 50%, enquanto que o crescimento do IDE mundial tenha sido superior a 301%. Além disso, esse crescimento do IDE para os países em desenvolvimento concentra-se na China, Brasil, Coréia do Sul, Taiwan, Malásia, Indonésia, Hong-Kong, México e Argentina. A África, parte do Leste Europeu, Rússia e uma significativa parte da Ásia não foram incluídas nesse ciclo de expansão do crescimento do investimento externo. Apesar do maior ingresso deste investimento nos países em desenvolvimento nos anos 90, os países desenvolvidos somam ainda mais de 73% do total mundial, especialmente os EUA. (BACEN, 2000)

Um outro aspecto a ser considerado é a vinculação da expansão dos IDE para os países em desenvolvimento com a desregulamentação global dos setores econômicos ocorridas no final dos anos 80. Esta expansão estava submetida a políticas de regulação estatal e ainda contava com mecanismos restritivos à participação do capital externo na maioria dos países em desenvolvimento. A contrapartida dessa tendência, de crescente ingresso de recursos externos, é a desnacionalização da matriz que desloca, cada vez mais, as decisões estratégicas para além dos limites e do alcance dos estados nacionais. Esta desnacionalização tem aumentado as transferências externas sob a forma da remessa de lucros e dividendos.

3 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL

O fluxo de investimento estrangeiro não é, de maneira nenhuma, um fato raro, a sua existência e relevância são visíveis em diversas épocas. Como na chegada da Família Real ao Brasil, ou com a implementação do Plano de Metas (1955-1960), instituído pelo então presidente Juscelino Kubitschek, que visava o desenvolvimento da economia brasileira via industrialização. Neste Plano, utilizava-se o expediente de capitais estrangeiros para o financiamento do desenvolvimento econômico. Um outro momento histórico relevante foi o protagonizado pelo golpe militar, onde, verificou-se que, o Brasil com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), contava com o financiamento externo para que efetivamente pudessem colocar em prática os planos de desenvolvimento, que tiveram seu fim com as crises do petróleo da década de 70. (FURTADO, 2003)

Nos anos 80, as conseqüências das crises da década anterior e as altas taxas de inflação fizeram com que a captação de recursos externos fosse bastante baixa, se considerados os volumes anteriores injetados na economia brasileira.

3.1 O INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO E A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 90

Com a efetiva estabilização econômica ocorrida com a implementação do Plano Real em 1994, a confiabilidade e a rentabilidade da economia nacional por fim voltaram a atrair o capital externo. Enfim, a presença do IDE na economia brasileira com maior ou menor volume, é notável, constante e sua atração está condicionada às políticas de atração implementadas pelo Governo. Tais políticas tiveram seu maior fomento a partir de 1994, quando primeiramente foi implantado o plano econômico que visava a estabilidade dos preços e promovia o retorno da confiabilidade internacional. Em um segundo momento, foram editadas leis que permitiam isenções de impostos como o ICMS e o IPI, bem como carência para pagamento, doações de terrenos e financiamento de projetos. Os motivos alegados para a intensa implementação de políticas de atração de investimentos

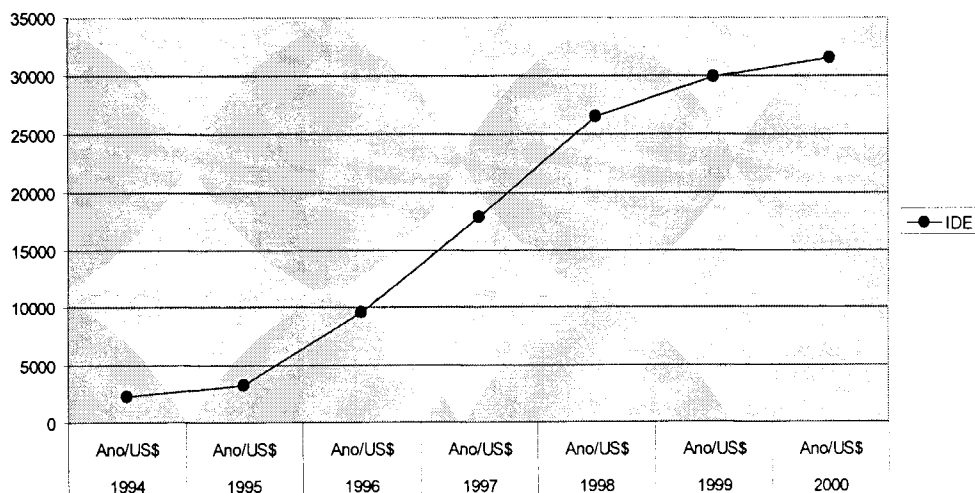
externos fundamentam-se no fato de que juntamente com o IDE ocorrerá, primeiro, um deslocamento de tecnologia, conhecimentos que gerarão no futuro um possível melhoramento do capital humano do país receptor, devido ao crescimento propiciado pela injeção de capitais. E segundo, em um período de curto e médio prazo, a atração de capital externo que será feita pela própria economia doméstica, visto o aumento da confiabilidade e competitividade adquiridas pela mesma no mercado internacional. (ARAI, 1997).

No entanto no que tange o setor bancário, podemos ver que o estreitamento do setor ocasionou uma maior competitividade que promove a busca por novas tecnologias e pesquisas de novos meios de gestão. A questão a ser analisada refere-se aos efeitos da privatização dos bancos brasileiros e da venda de parte dos bancos privados nacionais, na competitividade do setor e da sua inserção no mercado internacional.

O fluxo de IDE no Brasil tem aumentado significativamente nos últimos anos, após ficarem em posição quase nula nos anos 1970 e 80. A partir da década de 90, com o movimento considerável de privatizações e com a estabilidade econômica propiciada pela implantação do Plano Real, estes fluxos de investimentos foram cada vez mais intensos. Se estes fluxos serão efêmeros ou de longo prazo dependerá das reações adotadas pelos investidores e pelo comportamento da economia mundial.

GRÁFICO 1

EVOLUÇÃO DO IDE NO BRASIL 1994-2000



FONTE: Banco Central – Relatório Anual, 2000

O gráfico 1 permite uma melhor visualização da relevância do IDE na economia brasileira da década de 90, a partir de dados do Relatório anual do BACEN, compreendendo os anos de 1994, ano de implantação do Plano real, até o ano de 2000. A partir destes dados podemos observar que com a implementação da estabilidade econômica após o Plano Real (1994) houve uma crescente injeção de capital externo direto na economia brasileira até 1998. Com as crises da Rússia e da Argentina, desencadeadas a partir de 1998, ocorreu uma repentina diminuição dos fluxos de capitais em toda a economia mundial. Podemos ver que apesar do IDE externo persistir, o volume de seus fluxos tem diminuído, mesmo com a retomada da economia mundial e superada a fase mais crítica das crises acima mencionadas. Verifica-se que, apesar da contínua entrada de capital externo no setor produtivo da economia brasileira seu baixo volume tem preocupado as autoridades econômicas nacionais nos primeiros anos do século XXI.

Os fluxos de capitais voltaram a se intensificar no Brasil após a conclusão das negociações com a dívida externa e também com a implantação do plano de estabilização da economia. No início da década de 90, o Brasil volta então a ser um dos maiores receptores mundiais do capital produtivo ou IDE, chegando em 1996, a ser o segundo receptor de IDE entre os países em desenvolvimento, sendo que o primeiro foi a China.

O IDE, atraído pelo processo de abertura financeira e comercial brasileira ocorrida nos anos 90, permitiu que se redefinisse os contornos para a dinamização da economia doméstica, e ao mesmo tempo, promoveu uma maior busca por mercado, acarretando conseqüentemente em uma economia mais competitiva. A liberalização do mercado para o investidor externo fez com que houvesse um incentivo para que investidor nacional desenvolvesse melhores formas de gestão e tecnologia, de modo a competir com o mercado internacional. A partir da internacionalização do capital, tornou-se necessário que os investidores redimensionassem seu poder de mercado, antes medido tendo por base somente as variáveis do mercado doméstico. A abertura econômica, bem como as políticas de atração de IDE, tornaram possível a utilização da âncora cambial para conter a inflação e as taxas de juros elevadas e assim atrair capitais

externos. No entanto, a valorização da cotação do real e as reduções das tarifas alfandegárias, que já vinham desde o governo Collor, levaram a um extraordinário crescimento das importações e à desaceleração das exportações.(CINTRA, 2004).

O fluxo de IDE nos anos 90, deu-se fundamentalmente mediante operações de fusões, aquisições e privatizações. Muito diferente, portanto, do processo de instalação e expansão das filiais das grandes empresas transnacionais nos anos 50 e 60. De um lado, o IDE nos anos 1950 e 60 se instalou na economia brasileira como um parceiro do Tripé⁴ que implantou a industrialização no Brasil de então, como por exemplo a siderurgia, a indústria automobilística e a indústria de base. Por outro lado, nos anos 90, o IDE teve sua entrada facilitada e efetuada na economia nacional mediante políticas econômicas de desnacionalização de partes dos setores considerados obsoletos e sem necessidade da presença do Estado em sua administração. Os meios pelos quais deu-se a atração destes novos fluxos foram, principalmente, via privatização, fusão e aquisição de empresas nacionais.

A partir dos anos 90, o país passou por duas graves crises cambiais seguidas de drásticas elevações dos juros, aumentos de impostos e recessão, com a finalidade de conter as repercussões do aumento da cotação do dólar sobre os índices de inflação. É a chamada dinâmica do "vôo da galinha" ou do "stop and go", ou seja, a economia cresce e logo depois tem este crescimento estagnado.

A crescente "onda" do IDE na economia brasileira da última década ocorreu principalmente, devido à estabilização econômica (após o Plano Real) e às reformas estruturais associadas às privatizações realizadas.

Estas privatizações foram amparadas por diversos instrumentos legais, como a Emenda Constitucional nº 08, de 15/08/1995, que eliminou o monopólio estatal sobre os mais diversos serviços, das telecomunicações aos serviços bancários. O fluxo de IDE, visando as privatizações, correspondeu, de acordo com dados obtidos junto ao BACEN em cerca de US\$ 29,6 bilhões, ou seja, correspondeu à

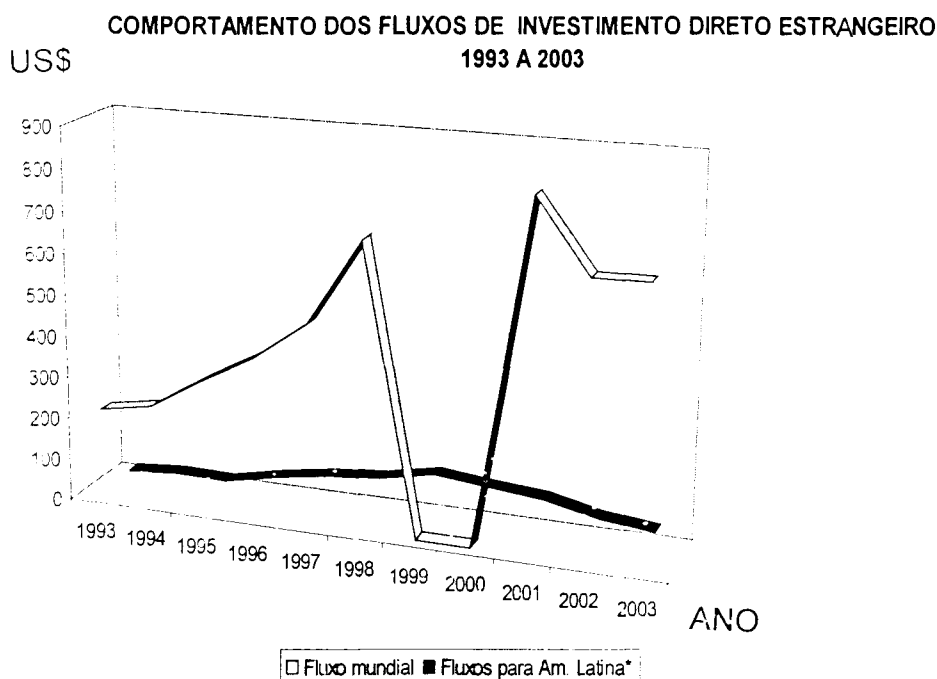
⁴ Base da industrialização brasileira dos anos 1950 e 60, formada pelo: Capital nacional privado, Governo brasileiro e Capital internacional, via IDE.

cerca de um quarto (1/4) do total do investimento externo líquido (US\$ 112,6 bilhões), entre 1996 e 2000.(BACEN, 2004).

No início dos anos 90, uma série de modificações institucionais tornou viável uma ampliação da abertura financeira da economia brasileira, permitindo assim que ocorresse uma re-inserção dos agentes nacionais no mercado financeiro internacional. Por sua vez, os investidores internacionais procuravam por oportunidades de retornos mais amplos em economias consideradas de maior risco. Isto levando em consideração a redução da taxa básica de juros americana ocorrida no início da década de 90.

Pode-se dizer que, o Plano Real, talvez tenha sido um dos mais bem sucedidos plano de estabilização da história das economias contemporâneas. Seus resultados mostraram-se expressivos e duradouros e seus efeitos encontram-se ainda à vista de todos. Ao mesmo tempo, deve-se recordar que a sociedade não teve que arcar sozinha com os custos embutidos em outras experiências de estabilização, na maioria das vezes altíssimas. A instituição da moeda Real foi o ponto de partida para uma grande mudança econômica e social no Brasil. Enfim, o Plano Real foi o princípio de um processo que devolveu a esperança ao Brasil de uma retomada em seu crescimento e desenvolvimento.

GRÁFICO 2



FONTE: Censo de capitais estrangeiros, BACEN, 2004.

NOTAS: Valores em bilhões US\$.

Origem dos fluxos do IDE: Economia Latina Americana e Economia Mundial.

Destino dos fluxos: Economia brasileira

O gráfico 2, construído a partir de registros do Bacen, mostra o comportamento dos fluxos de capitais externos tendo por origem de um lado o mercado mundial e por outro lado o mercado de capitais latino-americano, com destino a economia brasileira.

Observa-se que a partir do início da década de 1990, tanto o fluxo de IDE de origem mundial como o fluxo de origem latino americana possui um crescimento gradativo, porém, modesto. Será, somente após a estabilidade oferecida pela implementação do Plano Real e da desregulamentação financeira ocorrida em 1994, que os fluxos terão um crescimento mais acentuado, principalmente os IDE originados dos mercados mundiais. Entende-se como mercados mundiais, principalmente os mercados da OCDE. Verifica-se que do ano de 1998 até o primeiro semestre de 1999 ocorreu uma brusca queda dos fluxos de entrada de IDE na economia brasileira, principalmente os fluxos de origem mundial. Tais fluxos mantiveram-se em baixa e com uma certa estabilidade até o segundo semestre de 2000, quando passadas as crises da Rússia e Argentina ocorridas

nos anos anteriores, as economias globais voltam a investir. Constatase no gráfico, também, que após um aumento significativo destes fluxos, há uma ligeira queda em 2001 quando ocorre o atentado de 11 de setembro nos EUA, mantendo-se estável em um fluxo mundial estimado em cerca de 700 bilhões. Tendo em vista os preceitos da economia globalizada, observa-se que as economias estão sujeitas a crises internas e externas. Dada a dependência que o país tenha do capital estrangeiro e do grau de confiança que o capital tenha na economia doméstica, essas crises serão de maiores ou menores proporções.

TABELA 1 – IDE no Brasil segundo a composição dos ingressos, em números de casos- 1996 e 1997

Composição dos ingressos	1996		1997	
	US\$	%	US\$	%
PND	2,339	30,5	5,543	36,2
Setor financeiro	772	10,1	1,749	11,4
EMNs conhecidas	1,605	20,9	4,245	27,7
Empresas brasileiras conhecidas	671	8,8	188	1,2
Outras empresas já com IDE registrado	924	12,1	2,087	13,6
Outras empresas	1,353	17,7	1,499	9,8

FONTE: FIRCE-BACEN

NOTA: Valores em US\$ mil e percentual

A Tabela 1, construída a partir de registros do FIRCE-BACEN, fornece algumas informações sobre a natureza dos fluxos de IDE que se observavam em 1996 e 1997, quando se começava a verificar os resultados da estabilização oferecida pelo Plano Real e a “onda de globalização” se avolumava. As autoridades se perguntavam quanto à natureza do IDE que entrava no país. Na referida tabela observa-se que a rubrica “EMNs conhecidas” ou seja, empresas multinacionais já presentes no Brasil ,deve ser lida em conjunto com a rubrica “Outras empresas com IDE já registrado”, que se referem as multinacionais ainda

sem presença no Brasil. Em conjunto, as rubricas somam US\$ 2.5 bilhões em 1996 e US\$ 6,3 bilhões em 1997, respectivamente 33,0% e 41,3% do total, apresentando um crescimento de volume da ordem de 150% de um ano para o outro. Ao que parece, no IDE, que ocorre nesses anos, há uma parcela maior de aquisições do que se observa no passado. Mas podemos notar que esta nova onda de investimentos estrangeiros está penetrando em setores muitas vezes considerados como setores chaves da economia de um país, como por exemplo, os setores de distribuição de energia, telecomunicação e bancos.

No setor bancário este processo é bastante intenso. Segundo dados obtidos junto ao ABERJ (2002), dos 39 maiores bancos privados existentes no Brasil, 25 são de origem estrangeira, conforme será analisado no item 3.1. O setor financeiro, mais precisamente o setor bancário nacional, faz parte das chamadas, áreas "novas", onde o capital estrangeiro está entrando através de aquisições, fusões e privatizações, normalmente seguidas de capitalizações. As empresas adquiridas pelo capital estrangeiro apresentam, em sua maioria, níveis de produtividade muito abaixo da média nacional.

4 A GLOBALIZAÇÃO E O SETOR FINANCEIRO BRASILEIRO

A economia mundial está caracterizada, atualmente, pelo avanço da globalização econômica, financeira e comercial, comandada pelas grandes corporações transnacionais que procuram abrir novos mercados para sua produção e, ao mesmo tempo, recuperar as taxas de lucro e o crescimento sustentável da economia.(CHESNAIS, 1996).

Embora não exista uma definição consensual de globalização tem-se que o processo de abertura econômica, especialmente financeira, é uma contrapartida do capital a interligação acelerada dos mercados nacionais com os capitais internacionais, que lhes tem permitido movimentar bilhões de dólares por computador em alguns segundos, como ocorreu nas Bolsas de todo o mundo, onde se processa, difunde e transmite informações on-line.(CHESNAIS, 1996).

O processo de globalização não somente permite a abrupta movimentação dos capitais, mas também possibilita que os capitais internacionais invistam em diferentes empresas dos mais diferentes setores das economias nacionais. Capitais estes que ao investirem, por exemplo, no setor bancário brasileiro terão retornos à longo prazo derivados deste investimento no setor produtivo nacional, ao mesmo tempo que construíra uma base para a movimentação de capitais de curto prazo e para fins especulativos.(ALCOFORADO, 1997).

O crescimento do sistema financeiro internacional constitui uma das principais características da globalização. Um volume cada vez maior de capital é acumulado e destinado à especulação propiciada pela desregulamentação e integração mundial dos mercados financeiros nacionais. Nos últimos anos o crescimento da esfera financeira foi superior aos índices de crescimento dos investimentos, do PIB e do comércio exterior dos países desenvolvidos. Isto significa que, no contexto econômico atual, um volume cada vez maior do capital mundial é destinado a investimentos no setor financeiro de curto prazo. O setor financeiro passou a ter, portanto, uma crescente importância e certo “domínio” em relação aos bancos centrais e instituições oficiais, ampliando o seu controle sobre o setor produtivo. Fundos de pensão e de seguros passaram a operar nesses mercados sem a intermediação das instituições financeiras oficiais.

O avanço das telecomunicações e da informática aumentou a capacidade dos investidores de realizarem transações em nível global. Cerca de 1,5 trilhões de dólares percorre as principais praças financeiras do planeta nas 24 horas do dia, o que corresponde ao volume do comércio internacional em um ano (CHESNAIS, 1996).

No Brasil verifica-se que, na segunda metade da década de 90 o setor de serviços, incluindo as atividades do setor financeiro nacional, superou os setores da agricultura e indústria no que se refere à captação de capital estrangeiro.

A principal preocupação quanto ao volume e dimensão destes fluxos de capitais está relacionada à sua dependência desenvolvida ou ampliada com relação a este capital. Uma grande parte dos rendimentos originados deste investimento será remetida para o país de origem do investimento externo, podendo gerar imensos desequilíbrios financeiros e instabilidade na política econômica. A existência dos fluxos de entrada de IDE nem sempre condiz com o aumento das taxas de crescimento da economia do país receptor.

Com a alta inflação dos anos 1970 e 80 no Brasil, o modelo de organização financeira, adotado com as reformas de 1964 e 65, inspirado no modelo norte-americano, foi reformulado⁵. Os bancos comerciais, captadores de recursos de curto prazo sob a forma de depósitos, foram favorecidos pelo encurtamento de prazos de contratação resultante da aceleração da inflação. Foi dada uma crescente importância aos mercados de dívida pública o que estimulou o desenvolvimento da capacidade de operação em mercados de títulos. Com a reestruturação no setor, os bancos comerciais optaram por transformarem-se em bancos universais, firmemente plantados nos dois principais segmentos do mercado financeiro: crédito e papéis (FEBRABAN, 2004).

A Constituição de 1988, via Assembléia Constituinte, contribuiu para a reformulação do sistema financeiro existente no Brasil. A assembléia constituinte tornou a organização do sistema financeiro matéria constitucional, embora ainda aguarde definição. Alguns traços da estrutura financeira brasileira refletem esta

⁵ Lei 4.595 de 1964, promoveu uma Reforma Bancária inspirada no modelo norte-americano. Tinha por objetivo organizar o setor financeiro de forma segmentada, baseado em instituições especializadas - bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras), caixas econômicas, sociedades de poupança e empréstimos etc.

indefinição regulatória. O mais visível deles é sem dúvida o que se refere à participação de bancos estrangeiros no sistema bancário doméstico. No momento, a entrada de novas instituições estrangeiras está proibida, devido à espera da regulamentação acima mencionada, exceto nas situações em que o Presidente da República julgue esta entrada necessária.

Foi com base neste dispositivo que, entre 1996 e 1998, vários bancos estrangeiros receberam permissão de se instalar no país. O que aumentou sua participação nos ativos totais do setor bancário de 8,4% , em 1993 - ano anterior ao Plano Real e a Abertura Econômica-, para 23,9% em 2000. No entanto, a liderança do setor foi mantida por bancos nacionais. Dentre os 06 maiores bancos do país, dois são oficiais, três são privados com controle nacional e apenas um é estrangeiro. Em setembro de 2002, os 50 maiores bancos do país detinham ativos no valor de R\$ 1,198 trilhões (aproximadamente US\$ 332 bilhões, a uma taxa de câmbio de 3,60 reais por dólar), representando 96,7% do total dos ativos bancários. (CARVALHO, 2000).

O fim da inflação em 1994 condensou dramaticamente o mercado bancário brasileiro. A participação do setor financeiro no PIB passou, segundo o BACEN, de 15,6% em 1993 para 6,9% em 1995. A transição para a estabilidade foi ainda dificultada pelos impactos da crise mexicana de 1994 e 95, que levaram o BACEN a adotar medidas excepcionais de controle monetário e esfriamento da economia. O choque causado por estas duas mudanças levou o sistema bancário brasileiro ao limiar de uma crise de grandes proporções, evitada pela criação do PROER - Programa de Financiamento de Reestruturação do Setor Bancário - pelo qual bancos saudáveis obtinham facilidades para adquirir bancos problemáticos. O programa, apesar das críticas que recebeu, foi indubitavelmente eficiente para facilitar a adaptação do sistema bancário à estabilidade de preços.

A força acumulada pelos bancos durante o período inflacionário e a pronta ação do BACEN em evitar a ocorrência de uma crise de maiores proporções, acabaram por reforçar a saúde das instituições financeiras operando no país, especialmente as de propriedade nacional. No entanto, a continuidade dos desequilíbrios fiscais e externos da economia brasileira fez com que, a expectativa de que o setor bancário apoiasse as atividades do setor produtivo, fosse amplamente diminuída, até o momento.

O sistema financeiro brasileiro atual é constituído por um conjunto de instituições bancárias sólidas e bem capitalizadas, capazes de aproveitar de forma ágil e eficiente, as oportunidades oferecidas pelo mercado. Contudo, sua eficiência macroeconômica necessita de melhoramentos, menos pela incapacidade das instituições do que pela persistência de incentivos adversos ao crescimento. Deste modo, é perfeitamente possível que, com uma melhoria no ambiente macroeconômico, possa gerar incentivos ao aumento da oferta de crédito juntamente com a adoção de políticas que incentivem a competição bancária. Tais incentivos promovem a criação de novos produtos e, também, o barateamento do crédito ao usuário. De maneira que as instituições bancárias possam vir a dar sua contribuição ao desenvolvimento do país que, até o momento, tem sido por assim dizer mínima.

4.1 OS IMPACTOS DA ABERTURA FINANCEIRA NOS ANOS 90

Os objetivos principais a serem alcançados pelos governantes brasileiros com a abertura econômica da década de 90 eram:

- Ter o investimento direto estrangeiro como fonte de financiamento do déficit do balanço de pagamentos;
- Financiar as contas públicas, mediante a entrada de capitais estrangeiros via privatizações de empresas estatais;
- E, incentivar a entrada de empresas multinacionais, visando modernizar os setores da economia nacional (Agricultura, Indústria e Serviços) a fim de aumentar a competitividade e a produtividade da economia doméstica frente ao mercado internacional.

A partir de 1994 as empresas multinacionais que já encontravam-se presentes na economia brasileira, bem como as que estavam se inserindo neste cenário, tiveram que se adaptar ao novo cenário que se formava com a ampliação do programa de estabilização (Plano Real) e a implementação das reformas estruturais através da abertura econômica e liberalização dos mercados. A estabilização supracitada foi de alta relevância, pois no Brasil de então (fins dos

anos 80 e início dos anos 90) esta estabilização era condição necessária, segundo as autoridades econômicas da época, para a reativação dos fluxos de IDE. No que se refere às reformas estruturais, estas eram consideradas vitais para que ocorresse uma ampliação dos padrões de competitividade do mercado interno e, portanto, importantes na elaboração das estratégias das multinacionais no país. Já os investidores estrangeiros, possuidores de capitais, necessitam de informações precisas sobre as estruturas econômicas e políticas do país receptor para efetuar análises da situação vigente. Tais condições são no mínimo, o que se exige no mercado internacional para a decisão de onde investir (FRANCO,1999).

No referente à origem dos IDE, os países que tiveram maior participação no envio de capitais para a economia brasileira via IDE foram: Alemanha, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Países Baixos (Holanda), Reino Unido e Suíça. Tabela 2.

TABELA 2 – Evolução dos principais fluxos de IDE por país de origem - 1995 e 2000.

Países de Origem	Valores em US\$ mil			
	1995		2000	
	Valores	%	Valores	%
Alemanha	5.828.042	13.99	5.110.235	4.96
Canadá	1.818.978	4.36	2.028.298	1.96
Espanha	251.010	0.60	12.253.090	11.89
EUA	10.852.183	26.02	24.500.107	23.8
França	2.031.459	4.9	6.930.850	6.72
Itália	1.258.558	3.01	2.507.168	2.43
Japão	2.658.517	6.37	2.468.157	2.4
Países Baixos	1.545.799	3.70	11.055.332	10.73
Reino Unido	1.862.609	4.46	1.487.950	1.44
Suíça	2.815.302	6.75	2.252.052	2.2
Outros	10.773.167	25.84	32.421.270	31.47
Total	41.695.624	100.0	103.014.509	100.0

Fonte: Bacen – Censo de Capitais Estrangeiros. Ano base 1995 e 2000.

De acordo com a tabela 2, vê-se que os EUA são o país que mais direciona IDE para a economia brasileira. Contudo, o interessante é verificar que apesar da

liberalização econômica ter ocorrido em início dos anos 90, foi somente na segunda metade da década que, os efeitos, da abertura econômica e da estabilização da economia começaram a ser vistos. Já os investimentos originados da Espanha e dos Países Baixos (Holanda) têm o crescimento dos fluxos no período de 1995 para 2000 mais significativos. Uma das razões, conforme analistas do BACEN, foi o aumento da confiabilidade nas políticas econômicas implementadas no Brasil. Todavia, apesar desta confiabilidade e da reestruturação ocorrida nos setores econômicos, observa-se que houve, também, uma diminuição dos fluxos originados de países historicamente conhecidos como investidores interessados em produzir no Brasil. Este é o caso, por exemplo, do Reino Unido e do Japão. Tendo em vista os anos analisados acima, tal comportamento pode ser explicado pela amplitude das conseqüências que o capital estrangeiro, originado destes países, sofreram com as crises da Argentina e principalmente da crise na Rússia.

4.2 A ABERTURA ECONÔMICA E A REESTRUTURAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO

A existência de um sistema financeiro bem sedimentado e ajustado aos parâmetros internacionais, dado as exigências cada vez maiores dos investidores, constitui-se em um dos grandes trunfos que permitem ao país enfrentar crises internas e externas. A confiança no sistema financeiro, mais especificamente no setor bancário após sua reestruturação, permite ao Brasil dinamizar sua economia sem provocar uma desestabilização em seus sistemas produtivos e em sua moeda.

A entrada de fluxos de capitais que exige um sistema financeiro e bancário capaz de funcionar de maneira segura, dinâmica e eficaz. Portanto, estes fluxos de entrada favorecem o setor produtivo da economia, implantando plantas e expandindo o capital direto já existente no país. Favorece, também, o setor bancário brasileiro proporcionando-lhe uma confiabilidade que favoreça a movimentação de fluxos de investimentos de carteira. Esses de proporções significativas devido ao seu caráter de curto prazo e seu objetivo de rentabilidade alta e riscos menores possíveis. Tem-se observado que, no caso do IDE aplicado

no setor bancário, os investidores tem procurado criar no país receptor uma “base” confiável para a movimentação constante de investimentos de carteira pertencentes a estas empresas – os Bancos.

A origem do capital é importante para a análise de seu comportamento na economia nacional. Outro aspecto a ser levado em conta, diz respeito ao destino do IDE em termos das atividades econômicas. Tabela 3 .

TABELA 3 – Distribuição do IDE por setor, em porcentagem - 1995 a 2000

	1995	1997	1999	2000
Setores da Economia	%	%	%	%
Agricultura (I)	2	2,98	1,54	2,17
Indústria (II)	67	13,3	25,4	17,03
Serviços (III)	31	83,72	73,06	80,8
Total	100	100	100	100

Fonte: BACEN. Censo de Capitais estrangeiros, 2001.

Conforme a tabela 3, constata-se que o setor que recebeu maior fluxo de IDE foi o setor de serviços. A partir de 1997, o setor de serviços passa a atrair um volume de 83,7% do total do IDE, e a indústria sofre uma brusca queda. Ao comparar-se os dados de 1995 com os dados de 1997, verifica-se que, no espaço de dois anos, a indústria perdeu cerca de 53,7% do IDE para o setor de serviços. Tal mudança de direção do fluxo pode ser explicada pelo volume de capital externo que foi direcionado para as privatizações, fusões e aquisições dos bancos públicos e privados ocorridas, principalmente, a partir de 1997.

Em 1999 a indústria sofre uma pequena recuperação, em detrimento do setor de serviços. Aquela passa a representar 25,40% e este, 73,06 da recepção do IDE. Mas a participação da indústria no IDE volta a diminuir em 2000 passando a

representar 17,03%. Já o setor de serviços teve neste ano a sua maior representatividade dos últimos tempos, com a porcentagem de 80,8%.

A abertura da indústria de serviços bancários para o capital externo incentivou o ingresso de novos bancos e a expansão dos bancos estrangeiros no país. O número de bancos estrangeiros no país, segundo dados do BACEN, cresceu de 37 em dezembro de 1993 para 70 em julho de 2002, passando a responder por 42% das instituições privadas (70 dos 165 bancos) e a deter uma fatia de 44% do total de ativos da rede privada. Entre os 39 maiores bancos privados que operam no país 25 são estrangeiros. Os propagados benefícios da abertura para instituições estrangeiras ainda não são perceptíveis, como por exemplo: a canalização de recursos externos a juros mais reduzidos, prazos mais longos que os praticados pelas instituições nacionais, desenvolvimento de tecnologia que promova maior segurança de movimentação de capital e o elevado porte do que os controla torna pouco provável a sua saída do mercado por liquidação ou intervenção, tornando o sistema mais estável. (BACEN, 2003).

Apesar do estreitamento ocorrido no setor bancário nos anos 90, observa-se que uma considerável fatia do mercado pertence ao capital nacional privado e estatal. As privatizações ocorridas no decorrer da década não só promoveram a entrada de IDE na economia brasileira como também consolidou os bancos nacionais privados. Estes com aquisições e fusões promovidas com financiamentos de instituições de incentivo à empresa nacional, como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Medidas foram tomadas para aprimorar as leis que normalizam, fiscalizam e supervisionam o setor, buscando uma maior solidez e transparência nas atividades de modo a elevar a competitividade nacional no mercado internacional de capitais.

“Merecem destaque às adaptações das instituições financeiras brasileiras às normas do Acordo de Basiléia que resultaram em substancial elevação dos valores mínimos de capital realizado e patrimônio líquido; a criação de uma central de riscos e a vinculação do capital mínimo à qualidade dos ativos bancários. As novas regras exigem uma provisão maior e mais ajustada de reservas em relação às efetivas condições de risco de crédito nas carteiras dos bancos” MEIRELLES, (2002).

O governo brasileiro implantou também um novo Sistema Brasileiro de Pagamento (SBP) que, tem por objetivo efetuar a liquidação de débitos e créditos com uma velocidade maior e transmitir maior segurança às transações financeiras. Isso ajuda a gerar uma confiabilidade que reduz o risco sistêmico.

5 O SETOR BANCÁRIO

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é dividido em dois grupos: o não bancário e o bancário. O segmento não bancário é formado pelas seguintes instituições financeiras: bolsas de mercadorias e futuros, administradoras de consórcio, bolsas de valores, sistema especial de liquidação e de custódia (SELIC), entre outras. O segmento bancário é composto por instituições que possam participar do processo de criação de moeda na economia. Suas operações envolvem e afetam mais diretamente a sociedade do que as operações das instituições não bancárias. Como exemplos, destes tipos de instituições no Brasil, têm-se os bancos comerciais, os bancos múltiplos e a Caixa Econômica Federal (CEF).

Os bancos comerciais podem ser de origem privada ou pública, tem como principal objetivo proporcionar o suprimento oportuno e adequado de recursos necessários para o financiamento de curto e médio prazo das atividades econômicas do país. (SANDRONI, 1994).

Os bancos múltiplos também podem ser de origem privada ou pública, e possuem autonomia para realizar operações ativas, passivas e assessorar diversas instituições financeiras por meio de carteiras. A exemplo de algumas carteiras têm se: carteira comercial, de investimento, de desenvolvimento, de crédito e financiamento e de investimento. (SANDRONI, 1994).

Os bancos múltiplos foram instituídos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) a partir de 1988 e desde então a sua participação tem aumentado cada vez mais – Dados da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN).

E por último, a Caixa Econômica Federal (CEF), instituição financeira bancária que atua sob a forma de empresa pública vinculada ao ministério da fazenda. Tem por função, auxiliar na execução da política de crédito do governo federal e auxiliar as atividades sociais do governo como habitação, financiamento de pequenos investimentos, entre outras. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (2004).

O setor bancário, como parte do SFN, é regulamentado pelo CMN e, também, supervisionado e fiscalizado pelo BACEN.

Do total dos ativos das instituições no SFN, em média 80% é pertencente ao setor bancário, conforme mostra a tabela 4.

TABELA 4 – Participação percentual do Setor Bancário Brasileiro no Sistema Financeiro nacional (SFN)

Bancos	1994	1996	1998	2000
Múltiplo	48,79	52,76	47,1	52,61
Comercial	16,66	15,1	18,54	16,43
Caixa	12,16	13,64	14,01	12,63
Demais	20,39	18,5	20,25	18,33

FONTE: Bacen - CADINF- DEORF/COPEC

Vê-se que, os maiores detentores de ativos são os bancos múltiplos. Devido às diversas atividades que eles são autorizados a efetuar e ao volume de capital que possuem, lhes confere meios para dispor de estratégias de conquista de mercado.

5.1 O SETOR BANCÁRIO E O CAPITAL ESTRANGEIRO

De acordo com REIS (1998), os bancos e as demais empresas do setor financeiro estão sendo submetidos, em todo o mundo, a situações de grandes mudanças motivadas pela globalização, pela rapidez da evolução da tecnologia e, também, pela constante necessidade de ofertarem melhores produtos a menores custos.

O artigo 52 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira veda o aumento da participação estrangeira no SFN, a não ser em decorrência de acordos internacionais, de reciprocidade ou de interesse nacional⁶.

⁶ Ver item 2.1 desta.

TABELA 5– Número de Bancos com Capital Estrangeiro

Participação em %	1888	1994	1998	2000
0 – 50%	9	30	27	27
50 – 100%	26	37	60	72
Total	35	67	87	99

FONTE: Banco Central do Brasil – DECAD-DEORF/COPEC

Dada a abertura econômica ocorrida no início da década de 90, o número de bancos composto com capital estrangeiro aumentou em 182,86%, passando de um total de 35 instituições bancárias com capital externo em 1988 para 87 em 1998 e, por fim, para 99 instituições em 2000. (Tabela-4). Este aumento, também, provocou por parte dos empresários nacionais e dos analistas econômicos, o receio de uma intensa internacionalização das instituições financeiras brasileiras, e de uma transferência de seu controle pra as “ mãos” de empresas estrangeiras.

Em 1994 os bancos, que tinham em sua composição a presença de capital externo, representavam 27,24% do total dos bancos pertencentes ao SFN. Já em 2000 esse percentual passou para 51,56% conforme mostrado no Relatório do BACEN-DECAD.

TABELA 6 – Privatizações bancárias

Privatizações de Bancos Estaduais: Datas e Valores, em milhões de R\$			
Comprador	Bancos Estaduais	Valores	Ano de venda
ITAU	BANERJ	311,1	1997
BCN*	CREDIREAL	134,2	1997
ITAU	BEMGE	603,06	1998
ABN-Amro	BANDEPE	182,9	1998
BRADERSCO	BANEB	267,8	1999
SANTANDER	BANESPA	7160,92	2000
ITAU	BANESTADO	1799,26	2000
ITAU	BEG	680,84	2001
REAL ABN-Amro	PARAIBAN	79,14	2001
BRADERSCO	BEA	192,54	2002

FONTE: BACEN 2004, Relatório do PROES.

NOTA: * Banco de Crédito Nacional (BCN), posteriormente adquirido pelo Bradesco.

TABELA 7 – Aquisições e fusões de bancos

Aquisições e fusões de bancos privados brasileiros		
Compradores	Bancos adquiridos	Ano da transação
BRADERSCO	BCN*	1997
HSBC	BAMERINDUS	1997
ABN- AMRO	BANCO REAL	1998
BILBAO VISCAYA	EXCEL ECONOMICO	1998
CGD*	BANDEIRANTES	1998
BCN	PONTUAL	1998
BRADERSCO	BOA VISTA	1999
BRADERSCO	CONTINENTAL	1999
BRADERSCO	MERCANTIL DE SÃO PAULO	2002
ABN- AMRO	SUDAMERIS	2003
BRADERSCO	BILBAO VISCAYA	2003

FONTE: *Página* da Internet das instituições bancárias

NOTA: Elaboração própria.

A tabela 6, constituída a partir de dados retirados do Relatório do PROES ao BACEN sobre o funcionamento dos Bancos estaduais Brasileiro, revela que os receios de internacionalização do setor financeiro nacional e perda do controle do

setor para o capital externo, tendo em vista as privatizações do setor, não ocorreu precisamente. Deve-se observar que, apesar do intenso aumento dos fluxos de capitais direcionados a economia brasileira após o Plano Real, as privatizações no setor bancário tiveram início em fins da década de 90 e não em 1994, como era o esperado. Dentre as 10 maiores privatizações de bancos estaduais ocorridas 7 foram para o capital nacional, ou seja, houve um processo de privatização. Contudo, não ocorreu um amplo processo de internacionalização dos bancos privatizados como esperavam os estudiosos e analistas econômicos.

Ao verificar-se as fusões e aquisições efetuadas pelo capital estrangeiro no setor, vê-se que o índice de compras de bancos privados, através de fusões e aquisições, foram maior que a compra de bancos privatizados, conforme mostram as tabelas 6 e 7. No entanto, o índice de compras das instituições é maior por parte do capital nacional. O investidor externo, em sua maioria, ainda acredita que o Brasil, assim como outro país em desenvolvimento, necessita primeiro reformular o sistema nacional para torná-lo mais seguro e competitivo. O chamado Risco Brasil, as poucas reservas nacionais e um sistema financeiro com regulamentações precárias e pouco claras afastam o IDE no setor, apesar dos melhoramentos ocorridos na década de 90.

Ainda não existem dados consistentes que possam justificar os receios de perda do controle do SFN. Apesar das privatizações, fusões e aquisições, ocorridas no setor bancário, verifica-se que entre os dez maiores bancos pertencentes ao SFN, os quatros primeiros são bancos nacionais e, juntos possuem 52,2% dos ativos totais - Tabela 7.

Contudo, não se pode negar que nos últimos dez anos, segundo estudos da FEBRABAN, que o número de bancos no Brasil diminuiu em um terço. Desde 1994 o Brasil perdeu 82 bancos. O número de instituições caiu de 246, em 1994, para 164 em 2003. O ambiente macroeconômico brasileiro de baixas taxas de inflação e de estabilidade da moeda, proporcionou um cenário apto ao desenvolvimento da concentração das instituições devido ao aumento da competição no mercado. Esta redução no número das instituições ocasionou um aumento nas participações dos maiores bancos do sistema, onde os dez maiores bancos concentram por volta dos 75% dos depósitos.

TABELA 8 - Ranking dos dez maiores Bancos do SFN

Instituições	Ativo total	Percentual
Banco do Brasil	213,4	18,1
Bradesco	156,8	13,3
CEF	123,4	10,4
Itaú	123,3	10,4
Unibanco	73,4	6,2
Santander	61,4	5,2
ABN-AMRO Bank	43,6	3,7
BankBoston	35,3	3,0
Citibank	31,4	2,7
Safra	26,5	2,2
Total	1.182,1	75,2

FONTE: Revista Isto é, 2003.

NOTA: Valores em bilhões R\$.

Nos últimos dez anos ocorreram significativas mudanças na estrutura bancária. O período foi marcado pela estabilização com o Plano Real, privatização dos bancos públicos, abertura de bancos estrangeiros, e saneamento dos bancos com problemas de solvência, de modo que esta reestruturação possibilitou que o mercado internacional visse o setor bancário e o SFN como um complexo financeiro competitivo e confiável.(TROSTER, 2000).

Tanto o SFN como o setor bancário nacional necessitam ainda de reformulações e regulamentações que possam torná-lo mais resistente e mais competitivo no mercado internacional. Um sistema financeiro bem estruturado, como já vimos anteriormente, é um fator primordial e de grande relevância para o crescimento econômico sustentável de uma economia, principalmente nos tempos atuais de formação de grupos econômicos e de intensa atividade econômica entre as nações. Vê-se que, com a internacionalização, o Brasil reestruturou o setor bancário. Contudo, de acordo com o empresariado nacional e com os capitalistas internacionais, tais medidas necessitam de melhorias em sua legislação, estruturação e fiscalização.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como propósito analisar a evolução do IDE no setor bancário brasileiro após a implantação do Plano Real, observando sua dimensão, seus impactos e seu crescimento, a partir da constatação de que as tendências e variações do comportamento dos fluxos dos capitais internacionais, são determinantes para a elaboração das políticas econômicas e para a transformação da estrutura produtiva de bens e serviços.

A presença do capital estrangeiro é um elemento estrutural da economia brasileira desde o século XIX. Na década de 90, entretanto, devido as condições internas macroeconômicas e as condições externas, sua presença afetou sua estruturação e dinamização.

Esses volumosos fluxos de IDE direcionaram-se principalmente para o setor de serviços, via aquisições, fusões e privatizações de empresas já instaladas no Brasil.

Apesar da diminuição das quantidades das instituições bancárias, esta redução não acarretou em perda do controle do SFN para o capital estrangeiro, pelo contrário esta redução é vista como fator positivo pelo empresariado mundial, no sentido de transmitir segurança e credibilidade, tanto para o mercado interno quanto para o mercado internacional, pois acredita-se que somente haverá espaço no mercado para os bancos que tenham capacidade de sobreviver em um cenário econômico globalizado, competitivo e dinâmico.

Embora tenha ocorrido uma reorganização no setor financeiro e bancário, a partir de 1994, seus resultados ainda são considerados insatisfatórios pelo capital financeiro internacional. Esse acredita que enquanto as leis referentes às regulamentações, que determina o funcionamento do capital externo no país, não estiverem determinadas em sua totalidade, os riscos de investimento no Brasil serão maiores do que o previsto. Daí a necessidade de investir somente em instituições que ofereçam retornos elevados.

É importante observar que o setor bancário dinamiza as relações existentes entre os setores produtivos da economia. Esta relação se bem administrada ocasiona em uma maximização desta, com o mercado internacional de maneira a incentivar o direcionamento dos fluxos de investimento.

Finalmente, pode-se concluir que atualmente os bancos são mais que instituições financeiras são elos de ligação entre os capitais. Elos estes que por meio das novas tecnologias se tornam bases internacionais para a livre movimentação dos investimentos, sejam eles investimentos produtivos ou especulativos.

Seria interessante o desenvolvimento de pesquisa no que tange o comportamento das instituições bancárias como base de movimentação de capital externo especulativo e sua influência na elaboração e condução de políticas de crescimento e desenvolvimento econômico.

6 REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Fernando. **Globalização : Brasil e Reestruturação Econômica**. São Paulo: Editora Nobel, 1997.

ARAI, Adriana Lopes. **Brasil sobe no ranking de investimentos externos**, *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 22 set.1997.Pg. A-4.

CARVALHO, Fernando J. Cardim **Sistema Financeiro**.

Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/sistfin/apresent/>.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. 1ª edição, Xamã, 1996.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo e PRATES, Daniela M. **Os fluxos de capitais internacionais para o Brasil desde os anos 90**. Campinas: Instituto de Economia, Universidade de Campinas, 2004.

FRANCO, G. **A Inserção Externa e o Desenvolvimento**. In: _____. **O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda**. São Paulo: Editora 34, 1999.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª edição, Editora Nacional, 2003.

GONÇALVES, R. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra,1999.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão**. 2ª edição, Vozes, 1998.

KRUGMAN, P. **Economia Internacional**. São Paulo: Makron Books, 2001.

LAPLANE, M. F., SARTI, F. in ECONOMIA & SOCIEDADE. **Investimento Direto Externo e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90.**

Campinas: vol 08, 1997.

MEIRELLES, Antonio Chagas. **O Real e a Nova Estrutura do Sistema Bancário.**

Disponível em: <http://www.caringi.com.br/aberj>

REIS, Luis F. S. Dias. **Gestão da Excelência na Atividade Bancária.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

SALVATORE, Dominick. **Economia Internacional.** Rio de Janeiro: LTC, 6ª edição, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia.** *Best Seller*, 1994.

TROSTER, Robert. **Um novo século, um novo Brasil.** São Paulo: Makron Books, 2001.

SITES CONSULTADOS

www.aberj.com.br

www.bacen.gov.br

www.bancoreal.com.br

www.bradesco.com.br

www.exceleconomico.com.br

www.febraban.org.br

www.hsbc.com.br

www.italu.com.br

www.istoe.com.br

www.mre.gov.br

www.receitafederal.gov.br

www.unicamp.br